

**Título: Educação Popular e Emancipação Humana no ambiente da Economia Solidária.**

**Autoria:** Luciene Lopes Baptista, Rosa Maria Fischer

**Resumo:** Este artigo buscou aprofundar a reflexão sobre qual projeto educativo contribui para a sistematização do processo de aprendizagem das pessoas, no ambiente da economia solidária, especificamente as cooperativas populares, no sentido da consolidação dos aprendizados experimentados pelos participantes de projetos de autogestão. Além dessas reflexões também merece destaque a questão da emancipação humana segundo o conceito defendido ao longo deste artigo. E neste sentido ficam as indagações sobre quais paradigmas norteadores e quais metodologias pedagógicas poderão cumprir com uma agenda complexa de formação da pessoa como: pessoa autodeterminada, consumidora e cidadã; capazes de ampliar suas oportunidades pessoais de emancipação e de participação ativa no ambiente social ao qual esteja inserida, gerando renda e tendo a liberdade para escolher o estilo de vida que preferir. O fundamento da economia solidária reside nos princípios básicos relativos à propriedade coletiva ou associada do capital e ao direito à liberdade individual. O que reafirma a premissa de igualdade entre todos os trabalhadores participantes, tornando-os uma única classe que detém o capital por igual no empreendimento solidário. Deste modo não só o investimento é solidário, como também os resultados por ele gerados, sejam lucros ou perdas, são distribuídos de forma igualitária e solidária entre todos. Neste artigo optou-se pela visão que compreende o cooperativismo, em especial o popular, como uma forma específica de empreendedorismo social, que busca, no contraponto ao sistema capitalista, servir como base para construção de fontes alternativas aos efeitos das desigualdades geradas pelo capitalismo globalizado. O que significa em outras palavras, o exercício dos princípios fundamentais de igualdade e autogestão em prol da composição de alianças estratégicas que visam reduzir a pobreza e a exclusão social. Reflete ainda um formato de cooperativismo que pretende articular-se também com movimentos populares que visem o resgate do exercício pleno da cidadania. A pesquisa partiu de um referencial teórico formulado sob quatro eixos de análise: Economia Solidária; Emancipação Humana; Educação sob a ótica dialógica de Paulo Freire e a teoria da Ação Comunicativa de Habermas. O propósito do estudo foi o de refletir sobre possíveis bases teóricas para uma ação educativa comprometida com a emancipação humana e a consolidação dos empreendimentos solidários, buscando elencar fatores que possam consolidar continuamente as premissas básicas da economia solidária (igualdade, solidariedade e liberdade individual).

**Palavras-chave:** Educação Popular; Cooperativa Popular e Economia Solidária.

## Introdução

O mundo contemporâneo se caracteriza pela conectividade e pela complexidade econômica e social, que molda as estruturas sociais, determina o modo de produção global e sobrepõem as culturas regionais, ao passo em que encurta fronteiras geográficas e fragiliza a soberania das nações. E a sociedade contemporânea é fruto desta complexidade e conectividade. Segundo Bell (1973), ela é uma ampliação da sociedade industrial com aspectos relevantes que a distinguem desta. Tais como, o maior contingente de trabalhadores dedicados ao setor de serviços, a predominância de profissionais técnicos e liberais, a concentração do saber técnico-científico como fonte de geração de inovações, e o desenvolvimento tecnológico como indutor das diretrizes de gestão e controle.

Dentre os fenômenos importantes neste processo de metamorfose da sociedade atual, o sociólogo De Masi (2000), destaca a globalização econômica como uma das responsáveis pela transformação da relação entre o tempo e espaço no ambiente do trabalho das empresas. Ocorreram mudanças na organização dos processos de trabalho, quanto nas relações sociais condicionadas à sua dinâmica. A descentralização, a pulverização e a externalização possibilitou a fragmentação do processo produtivo em diferentes territórios, e a substituição do operário por instrumentos mecânicos e robóticos.

Em meio a este contexto, emergem paradoxos que caracterizam o sistema capitalista atual, tais como: desenvolvimento e crescimento econômico x desigualdade da distribuição de renda; diversidade cultural x acesso limitado aos meios de produção e manutenção das culturas regionais; desenvolvimento tecnológico enquanto ferramenta de competitividade x incapacidade instalada de usufruir das vantagens tecnológicas em escala de massa. E por último a degradação x preservação ambiental enquanto ponto de partida para resgatar o potencial de vida do planeta. A sociedade brasileira espelha todos estes paradoxos, considerando que se encontra estruturada sob o modo de produção capitalista, e ao longo das últimas três décadas, vem canalizando esforços para acompanhar as transformações oriundas tanto do desenvolvimento técnico e científico, como do processo de globalização da economia mundial. Tais processos se refletem e impactam desde a esfera privada à esfera pública do povo brasileiro.

É neste cenário que se fortalece a idéia de que o caminho dos movimentos emancipatórios passa pela sociedade civil organizada. Seja pela via de organizações não-governamentais (ONGS), seja pela via dos movimentos de libertação com atuações voltadas para preservação do meio ambiente, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e/ou discriminados, e a promoção de comunidades que, por sua própria iniciativa, se organizam para melhoria de suas condições de vida e renovação de suas tradições culturais. A Economia Solidária ressurgiu então como uma alternativa de buscar um novo caminho para emancipação humana.

Segundo Singer (1999), a Economia Solidária se caracteriza por um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizados por princípios solidários, que aparecem sob diversas formas: associações de produtores, cooperativas, clubes de trocas, empresas autogestionárias, bancos comunitários e diversas organizações populares urbanas e rurais. Gaiger et al (1999), conceitua empreendimentos econômicos solidários como sendo organizações coletivas de trabalhadores cujo foco está na geração de trabalho e renda balizados por princípios de auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Logo, a Economia Solidária se viabiliza no seio do sistema capitalista de produção, reconhecendo a hegemonia deste enquanto sistema econômico mundial contemporâneo, porém se fundamenta num conjunto de valores diferenciados da

lógica capitalista, tais como autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade (GAIGER et al, 1999).

Os valores de sustentação do projeto econômico solidário contemplam questões relativas à dignidade humana, direitos humanos e qualidade de vida humana, bem como cidadania e democracia. Tais fatores são indicadores que apontam o quanto a pessoa possa estar ou não incluída num determinado sistema de produção sócio-econômico. E mais, determinam o padrão de atendimento às necessidades de existência humana. Logo, a questão da inclusão social demanda uma reflexão em relação à emancipação humana, uma vez que tal esforço de inclusão traduz o processo de inserção e interação social da pessoa ao sistema sócio-econômico ao qual está inserida.

Neste sentido vale ressaltar o conceito de emancipação humana que baliza o foco do esboço de ação educativa deste artigo. Baseado em Habermas, a emancipação humana consiste em retornar à pessoa a autonomia sobre a vida humana, enquanto sujeito da própria ação em sociedade, autônoma para agir segundo a sua interpretação do ambiente social ao qual está inserida. Utilizando-se da sua competência comunicativa para interagir e articular-se com outros sujeitos em prol de suas necessidades humanas, e de uma convivência coletiva harmônica com o meio-ambiente.

O esforço de retornar à pessoa a autonomia sobre a vida humana pressupõe considerar aspectos que pontuam filosófica e politicamente o papel da Educação, enquanto um importante meio de inserção e interação dessa pessoa com seu sistema social. Neste estudo buscou-se discutir teoricamente, a relação entre os fundamentos da Economia Solidária e da Educação, buscando gerar idéias a respeito de: como a Educação Popular, baseada numa concepção dialógica e fundamentada em princípios de autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade, pode contribuir para a emancipação humana e a consolidação de modelos de autogestão em empreendimentos sociais, na perspectiva da Economia Solidária?

O artigo foi estruturado em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. A organização das seções pautou-se em quatro eixos teóricos de interpretação e análise. O primeiro eixo explora o conceito de Emancipação Humana sob a ótica filosófica e sociológica, a fim de sublinhá-lo em relação aos demais eixos teóricos abordados, e principalmente, para utilizá-lo como constructo relacionado ao esboço de projeto de Educação focado no artigo. O segundo eixo propõe uma revisão da literatura sobre processo de aprendizagem e educação popular, com ênfase na concepção dialógica. O terceiro eixo explora o conceito de Economia Solidária, partindo da perspectiva histórica do surgimento e desenvolvimento desta, enquanto alternativa pensada para superação dos efeitos colaterais do sistema Capitalista de produção e do pragmatismo da visão materialista-histórica do socialismo Marxista. E como quarto e último eixo de análise, focou-se o modelo de autogestão em empreendimentos sociais estruturado a partir da concepção da economia solidária, buscando descrever as características deste modelo em relação aos princípios de auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social em relação aos aspectos estruturais, processuais e culturais deste tipo de organização. Como consideração final buscou-se estabelecer uma relação entre a proposta de ação educativa comprometida com os princípios do cooperativismo, arquitetada sob o método dialógico e com atividades educativas embasadas no modelo de aprendizagem experiencial, e a questão da emancipação humana e da consolidação dos pressupostos básicos para efetivação de modelos de autogestão no âmbito das cooperativas populares no contexto da economia solidária.

## 1. Emancipação Humana – Um processo, uma via ou um fim...

Definir Emancipação Humana implica em considerar enquanto construtos outros conceitos tais como: Liberdade e Autodeterminação da pessoa em sociedade, visto que o processo de emancipação humana é vivido e experienciado pela pessoa num dado contexto social, usufruindo ou não direitos civis, políticos e sociais, tanto nas instâncias individual e coletiva. Deste modo faz-se necessário abordar algumas concepções de projeto de libertação humana.

Segundo Kant, a liberdade estaria vinculada a capacidade de assumir posições diante do ambiente social, que por sua vez pressupõe a capacidade de julgar, de realizar exame crítico apurado, ou em outras palavras, alcançar autonomia processualmente pela via do esclarecimento, o uso da razão. Para Kant, a liberdade seria então uma conquista a partir da obediência as leis estabelecidas pela razão, conduzidas pelo livre arbítrio, que traduziria o sentido de liberdade e de emancipação humana como um agir em conformidade com a lei moral com que se decidiu nortear-se individualmente. O conceito de liberdade, elaborado no século XIX, em que liberdade é tida como a situação oposta de ser escravo, consistia em ter a possibilidade de exercer o poder de comprar, exprimir idéias e acessar abertamente os espaços sociais. E na Revolução Francesa os ideais de Igualdade e Liberdade ficaram relegados a hegemonia dos interesses burgueses. Neste contexto não havia mais espaço para a idéia de emancipação humana universal (MÉSZÁROS, 2004).

A Era Positivista consolidou a vertente de emancipação humana conduzida pela Revolução Francesa, mantendo a idéia de dominação de uma classe pela outra, pela via do uso da razão. Em contraponto com a idéia de emancipação pelo ideal positivista, estudiosos como Hegel e Marx buscaram apontar as contradições existentes nesta promessa emancipatória. Marx apontava sobre a relação histórica e ideológica que condicionam e determinam os ideais de liberdade, conforme se destaca neste trecho de Marx (apud MESZAROS, 2004).

A libertação, diz Marx, é um ato histórico, não um ato mental. (...) A transformação, através da divisão do trabalho, dos poderes (relações) pessoas em poderes *materiais* não pode ser dissipada descartando-se *da mente* a idéia que se tem dela, mas só pode ser abolida pelos *indivíduos* quando novamente *sujeitam estes poderes materiais a si mesmos* e abolem a *divisão do trabalho*. Isso não é possível sem a comunidade. Somente dentro da comunidade *cada indivíduo* possui os meios para cultivar seus dons em todas as direções; por isso, a *liberdade pessoal* só se torna possível *dentro da comunidade*. (...) Na *comunidade real*, os indivíduos obtêm sua *liberdade* por meio de sua associação. (p. 488-489).

Logo, na perspectiva marxista, a emancipação humana está associada à libertação do homem no âmbito coletivo. Engels (1980) acrescenta a reflexão de que a emancipação humana por sua vez, está diretamente condicionada pela independência econômica, ou seja, pela participação ativa de homens e mulheres no mundo das relações de produção. O que significa focar a instância econômica como o referencial para a autonomia do ser humano e definição de sua existência.

A contribuição da teoria crítica, a partir de Horkheimer e Adorno (2000), trouxe à tona a idéia de que a emancipação significaria o poder de tomada de decisão consciente e independente, sustentado pela razão. Segundo os autores, nem sob a ótica da lógica capitalista, nem sob a ótica do socialismo, foi possível identificar o caráter emancipatório da

razão. Tal constatação transformou-os em críticos da modernidade por considerá-la um reflexo da totalização progressiva da dominação (OLIVEIRA, 1990).

Outro pensador da Escola de Frankfurt, Habermas, considerou a possibilidade da retomada do papel emancipatório da razão, sob o ponto de vista de que a razão não possui apenas uma natureza instrumental. Segundo Habermas, existe outra racionalidade que melhor explica o mundo moderno contemporâneo, a racionalidade comunicativa. Nesta linha de pensamento o pensador critica a filosofia da história como sendo o fator determinante do processo emancipatório da humanidade, enquanto processo unilinear, ininterrupto e ascendente de um macro-sujeito (HABERMAS, 1983). Ele, portanto, privilegia a teoria da evolução social em detrimento à filosofia da história.

Na concepção crítica de Habermas sobre a modernidade, a sociedade contemporânea é regida pela racionalidade instrumental, que pela sua lógica, converte todos os problemas humanos em problemas técnicos. Desta reflexão é que Habermas propõe a retomada da dimensão da razão numa perspectiva comunicativa. Sua defesa é no sentido de que a sociedade é composta de sujeitos capazes de interagir embasados em acordos racionais e não apenas por relações de dominação de uns pela submissão de outros. Sua proposta é no sentido de uma racionalidade emancipatória, que se apresenta então como razão comunicativa (SIEBENEICHER, 1989).

Para entender o argumento de Habermas é necessário compreender o novo paradigma que ele defende em relação à razão. Nele a razão assume conceito não mais centrado no sujeito dotado da capacidade de domínio sobre o mundo, numa relação apreendida como forma de subjugar e dispor dos outros, pois que tudo mais se torna objeto. Ao contrário, a razão assume seu caráter processual e comunicativo. Trata-se de uma razão que sai do foco na consciência, para uma razão que busca se consolidar a partir intersubjetividade entre sujeitos, ou seja, centrada na comunicação (SIEBENEICHER, 1989). Esta concepção de relação entre sujeitos pressupõe um sujeito que ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico, vê-se obrigado a interagir com outros sujeitos. Assim a razão comunicativa aposta numa vertente emancipatória a partir do entendimento mútuo e no entendimento livre do indivíduo consigo mesmo.

A emancipação humana, diz respeito a uma variedade de aspectos de cunho econômico, político e social que interagem entre si, constituindo um conjunto de categorias de liberdades individuais e coletivas, que, de forma integrada, conduziriam a pessoa ao status de ser livre, autodeterminada e consciente das suas necessidades e intencionalidades enquanto ser único e ao mesmo tempo coletivo. É por intermédio de sua ação comunicativa que a pessoa interage socialmente com os demais sujeitos, na busca do entendimento e do consenso entre as suas respectivas subjetividades. Nesta abordagem teórica flui o conceito de emancipação humana com o qual se pretende dialogar na relação com a Educação de Jovens e Adultos voltada para a consolidação de projetos na perspectiva da Economia Solidária.

Emancipação humana seria então o retornar à pessoa a autonomia sobre a vida humana. A pessoa enquanto sujeito da própria ação em sociedade, autônoma e livre para agir segundo a sua interpretação do ambiente social ao qual está inserida, interagindo e articulando-se com outros sujeitos, a partir da sua competência comunicativa, em prol de suas necessidades humanas, e da necessidade não menos importante de uma convivência coletiva harmônica com o meio-ambiente, buscando contribuir para sustentabilidade do planeta.

## **2. Aprendizagem experiencial para Emancipação Humana**

A pessoa enquanto sujeito da própria ação em sociedade constrói o conhecimento social pela via da vivência social entre os indivíduos. Segundo Berger e Luckmann (1985), o

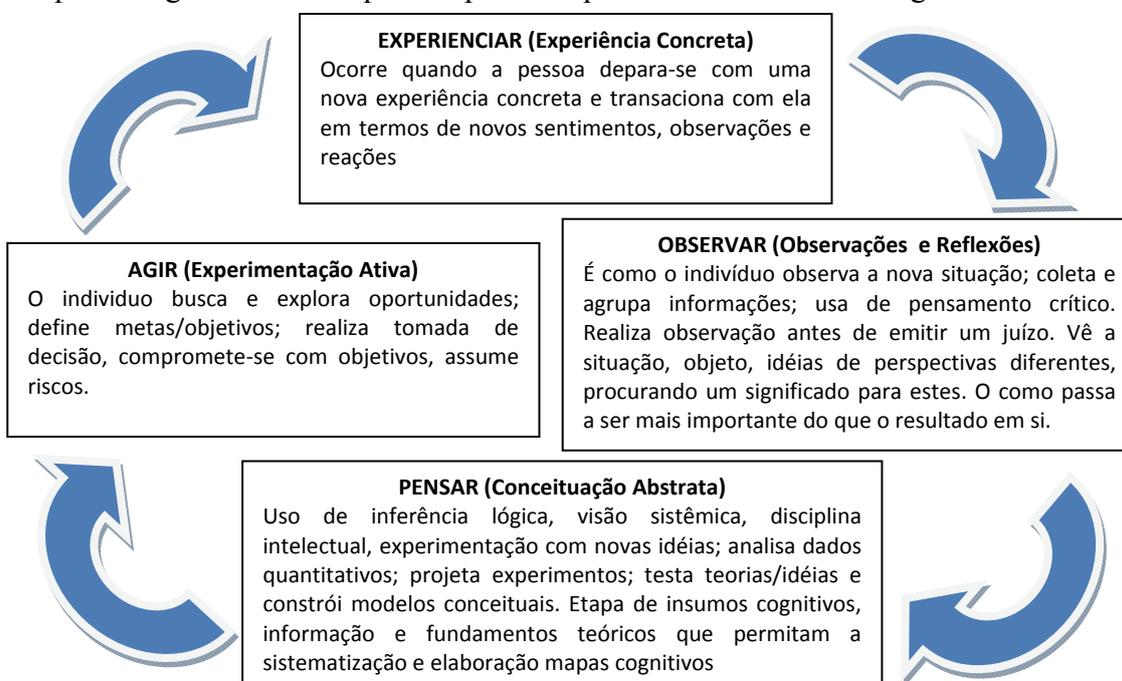
conhecimento social é composto de um conjunto de significados apreendidos na interação social entre os indivíduos, e este conjunto compõem a massa de interpretações subjetivas sobre a vida cotidiana, tanto sob o ponto de vista daquele que apreende, quanto do ponto de vista daqueles que reproduzem os significados já institucionalizados pelo grupo social ao qual pertence.

A internalização de tais significados funciona como o passaporte e a identificação do indivíduo em relação ao sentimento de pertencimento a certa cultura e estrutura social. Logo, é por intermédio do compartilhamento de subjetividades que o indivíduo interage e se relaciona no ambiente social. De tal forma que o conhecimento social que o indivíduo possui e compartilha com outros, é suficientemente eficiente e eficaz para lidar com os objetos, situações e relações interpessoais no contexto cotidiano de uma dada estrutura social.

A produção do conhecimento social é ao mesmo tempo uma alternativa de compartilhamento do conjunto de significados subjetivos a respeito da vida cotidiana, e a oportunidade de “experenciar” aprendizados no sentido da emancipação humana. Por isso faz-se necessário uma revisão teórica sobre aprendizagem experiencial e sobre abordagens educacionais com enfoque interativo e dialógico.

A abordagem do aprendizado experiencial, segundo autores como Dewey, Lewin e Piaget, parte do pressuposto de que é por meio da interação entre o indivíduo e o ambiente, por intermédio de experiências concretas, da observação e da reflexão que ocorre, de forma contínua, a revisão de conceitos aprendidos. Logo, o aprendizado é visto como um processo de tensão e conflito, uma construção e reconstrução de experiência, onde as pessoas agem, interagem, refletem e pensam. (DEWEY, 1966)

Dentre os estudos baseados nos modelos cognitivistas e experienciais merece destaque a concepção de aprendizagem desenvolvida por Kolb (1984). Para ele o processo de criação do conhecimento ocorre pela transformação da experiência, no que o autor chamou de ciclo de aprendizagem vivencial que compreende quatro fases conforme a figura 1.



**Figura 1** – Ciclo da Aprendizagem Experiencial (Kolb, 1984).

O termo aprendizagem experiencial é utilizado para identificar uma série de atividades educacionais (HENRY,1989). A literatura apresenta diferentes significados e enfoques de

aprendizagens consideradas experienciais e vinculadas a ação, e cada enfoque contempla um agrupamento de idéias e intenções. A ênfase que se defende neste artigo é de que esta forma de aprendizado pode ser estimulada por ações educativas inspiradas em modelos dialógicos, com o propósito de ampliar a consciência de grupo, ação de comunidade e mudança social, e também como a base para geração de crescimento pessoal, desenvolvimento e ampliação da autoconsciência e efetividade do grupo.

## 2,1 Educação dialógica na concepção de Paulo Freire

Segundo Paulo Freire (1991), é pela práxis humana que se conquista a emancipação humana, ou seja, ela é fruto do movimento permanente das pessoas em busca da liberdade. É um processo contínuo, dinâmico onde o ser humano renasce numa nova perspectiva de libertação, em que todos se beneficiem dela. Trata-se da superação da contradição opressor-oprimido (FREIRE, 1991). Neste sentido, a leitura da pedagogia do oprimido oferece uma visão em que homens e mulheres se empenham numa luta por sua emancipação. E nesta visão deixa de ser restrita a idéia de que a libertação diga respeito exclusivamente à relação opressor-oprimido, para ser entendida como uma pedagogia humanista e libertadora das pessoas.

Na perspectiva de Freire, a luta pela humanização é tanto do oprimido quanto do opressor, uma vez que o oprimido ao restaurar sua humanidade não busca o lugar de seus opressores, mas ao contrário, pode promover a restauração da humanidade de todos. *“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.”* (FREIRE, 1991). Deste modo, a emancipação é tida como a oportunidade do ser humano protagonizar a sua própria história, num cotidiano social e histórico, onde coexistem utopias, desafios, resistências e oportunidades.

O projeto de educação emancipatória esboçado por Freire tem o propósito de consolidar a condição de humanidade do ser humano, o que só se torna possível na convivência cotidiana, nas relações entre as pessoas, seja na família, na escola, ou nas relações de trabalho, pela via de práticas fundamentadas nestas crenças. E neste sentido, a Educação Popular consiste num destes espaços sociais onde se pode estimular o exercício do processo de emancipação individual e coletiva (FREIRE, 2000). Nesta linha, propõe uma educação despida do papel de alienada e ao mesmo tempo alienante. Que promova a ação de conhecer sem se omitir da intencionalidade de mudar o mundo. Que se constitua numa força de transformação e libertação humana, pautada numa ética de respeito ao direito da coexistência de diferenças culturais. Isto é, sem a imposição cultural de um projeto de classe sob outro, e sem o compromisso falso da justaposição cultural (FREIRE, 1997).

O significado da multiculturalidade para Freire pode ser resumido neste trecho: *“A multiculturalidade não se constitui da justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas na liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma da outra”* (FREIRE, 1997). De modo que ele propõe um diálogo crítico entre as culturas, onde as práticas educativas busquem, ao mesmo tempo, formas mais humana de convivência e de crescimento individual e coletivo de todos os seres humanos envolvidos.

Contudo na sociedade contemporânea, alicerçada nos paradigmas capitalistas e dita “democrática”, não é tarefa fácil estimular e vivenciar o multiculturalismo nesta perspectiva. Pois não se trata meramente da garantia ao direito a diversidade, faz-se necessário promover ações no sentido do exercício efetivo desta diversidade (FREIRE, 1997). Tal reflexão traz a tona o fato de que ainda há de se superar a questão crucial da desigualdade social de classes.

O projeto educativo idealizado por Freire contempla a aceitação da multiculturalidade como uma atitude intencionalmente progressista no sentido de uma prática dialógica, porém crítica, que busca a construção do conhecimento entre educadores e educandos, numa construção política, cultural e histórica. Uma utopia que pretende uma nova possibilidade de convivência humana, balizada por uma atitude individual e coletiva de solidariedade que possa permear e se expandir por todas as dimensões do social, do político e do econômico.

## 2.2 Multiculturalismo e Educação Popular na concepção de Boaventura Santos

Em sua concepção teórica de democracia Boaventura dos Santos elabora uma nova conjugação entre emancipação, subjetividade e cidadania. Este enfoque advém da constatação de que no contexto atual, a utopia socialista ganha novo fôlego enquanto alternativa para uma sociedade mais justa e que contempla uma qualidade de vida para todos. Em sua pesquisa intitulada “Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos” (SANTOS, 2003), o autor aponta que os ideais modernos de emancipação social passam por um severo questionamento em função do fenômeno da Globalização.

Segundo o autor, a globalização apesar de hegemônica, encontra como contraponto, outro formato alternativo de globalização. São iniciativas, movimentos e organizações que pela via de alianças locais e redes, se posicionam em oposição à globalização neoliberal, impulsionados pelo anseio de um mundo melhor e mais justo. (SANTOS, 2003). Nesta perspectiva, a emancipação é tida como o resultado de um conjunto de lutas processuais, com sentido político, voltado para o aprofundamento e a expansão de lutas democráticas em todas as instâncias e espaços estruturais da prática social. “*É nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão sendo criados os novos caminhos da emancipação social*”. (SANTOS, 2003, p.35).

Para os autores, o termo multiculturalismo é ao mesmo tempo controverso e permeado por conflitos. Ele retrata a existência e convivência de grupos e culturas diferentes em um contexto global e transnacional e, tanto pode representar uma concepção conservadora, como emancipatória. Deste modo, Santos argumenta um multiculturalismo emancipatório que se embasa no reconhecimento da diferença e no direito de existir dessa diferença, e da possibilidade de coexistência entre e além das várias formas de diferença. (SANTOS, 2003).

[...] como compatibilizar a reivindicação de uma diferença enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituíram acompanhando essas diferenças? Que experiências existem neste campo e o que nos ensinam elas o saber as possibilidades e as dificuldades de construção de novas cidadanias e do multiculturalismo emancipatório? (SANTOS, NUNES, 2003, p.25).

A proposta de emancipação de Santos pressupõe a construção de cidadanias emancipatórias calcadas em iniciativas de grupos populares, locais-globais, com o intuito de resistir e combater à opressão e a exclusão impostas pelo modelo de globalização hegemônica. Deste pensamento emana o papel da educação popular enquanto uma educação aberta às populações historicamente excluídas, sob o ponto de vista do acesso aos bens materiais e culturais produzidos no âmbito social. E neste sentido, ela contraria convicções de neutralidade política e científica, em prol de práticas educativas voltadas para emancipação das pessoas.

### 2.3 Educação e Razão Comunicativa na concepção de Jürgen Habermas

O pensamento habermasiano a respeito da educação propõe a reflexão sobre a formação do indivíduo, ao mesmo tempo, como membro de um grupo social, como cidadão de uma comunidade política ampliada. Ela deve ser o guarda-chuva que abriga a formação social, cultural e científica. Contudo torna-se necessário instaurar uma “razão comunicativa” que restabeleça o caráter interativo do processo educativo, em todas as instâncias sociais, com o intuito ao amadurecimento da humanidade. E isso pressupõe que os sujeitos participantes dessas instâncias, já detenham a competência comunicativa necessária para desenvolver processos de aprendizagem. (PRESTES, 1997).

A prática educativa nesta perspectiva é uma ação coletiva em que o educador auxilia o educando na construção de uma racionalidade comprometida com a construção de uma sociedade emancipada. Para tal, caberia ao educador desenvolver capacidades argumentativas junto ao educando, com discursos livres, onde fosse possível problematizar a fala cotidiana e a partir dela, construir e sistematizar normas. É um projeto emancipatório que se baseia na razão comunicativa e processual, que se constrói pela articulação das subjetividades dos sujeitos ao longo do processo. (SIEBENEICHLER, 1989)

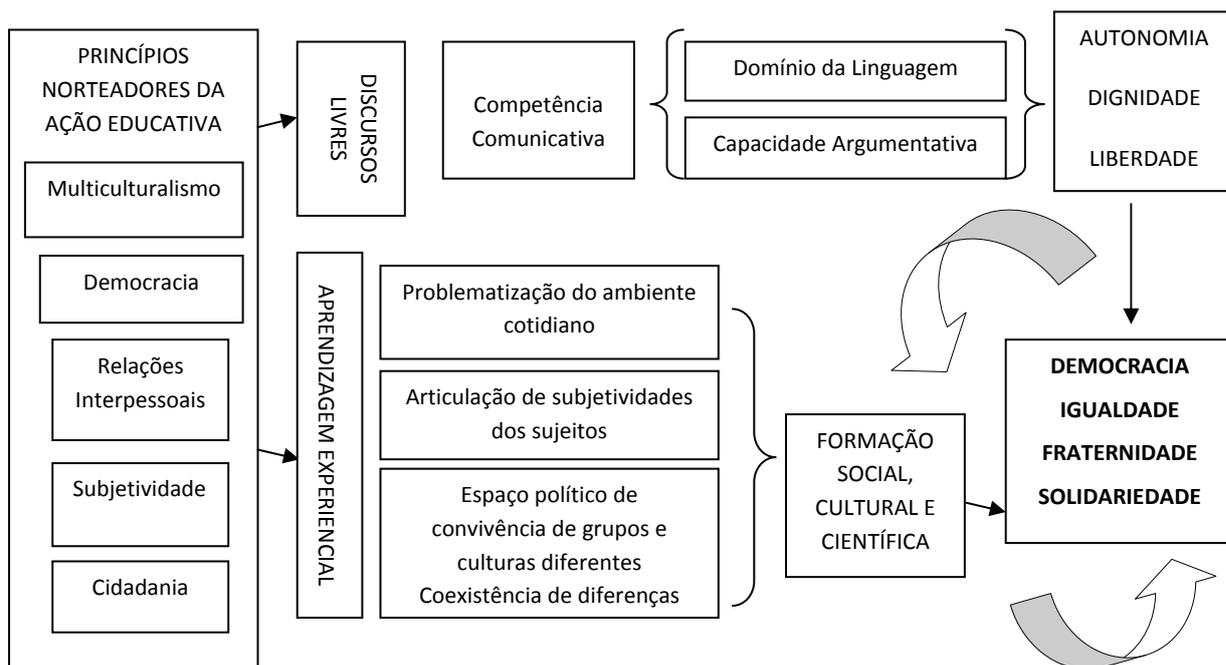
Habermas acredita numa forma de regulação do processo argumentativo que bloquearia a possibilidade de consenso pelo consenso. Ou seja, a comunidade regula o limite de relativismo pela normatização de procedimentos universais que efetivem a participação igualitária de todos os integrantes no processo de discussão. O processo de ação comunicativa contribui, simultaneamente, para construção do amadurecimento da sociedade, da cultura e da personalidade do indivíduo, pela via das interações mediadas pela linguagem. E, segundo Habermas, tais elementos, (sociedade, cultura e personalidade), são componentes estruturais do mundo da vida. Na concepção de Habermas, a razão comunicativa sempre esteve presente no mundo da vida humana, na interação entre os sujeitos, através da linguagem e do processo de comunicação. Dentro deste paradigma, o sujeito, ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico, é forçado a interagir, entender-se com outros sujeitos. Portanto a razão comunicativa é voltada para o entendimento, é o esforço dos sujeitos na tentativa de chegarem a um consenso. (SIEBENEICHLER, 1989)

O conceito de razão comunicativa é a base do pensamento de Habermas para problematizar as modernas sociedades ocidentais. Ele considera que nestas sociedades ocorreu uma distinção entre o mundo do sistema e o mundo da vida. Ou seja, as ações no mundo do sistema são de caráter estratégico ou, em outras palavras, são meios articulados em função de determinados fins, estão alicerçadas ao compromisso do êxito. E Habermas exemplifica tal sistema principalmente no campo da economia e da política. Deste modo, segundo o autor, no mundo do sistema a ação comunicativa fica deslocada. Pois a linguagem é substituída, no sistema econômico, pelo dinheiro, e no sistema político, pelo poder. (STEIN, 1997) A reflexão proposta é de que pela ocorrência de um desequilíbrio entre, o que Habermas conceitua como razão instrumental, ou seja, aquela que rege o fazer, a ação inventiva e a produção. E a razão comunicativa que seria o nível de comunicação, convívio e os processos de libertação do ser humano, que por sua vez, foram subestimados. E tal desequilíbrio represa e impede o desenvolvimento da autonomia. (STEIN, 1997).

A educação, nesta linha de raciocínio, tem papel fundamental na reconstrução de um projeto de sociabilidade que resgate a ação comunicativa, descolonizando o mundo da vida, do mundo do sistema, a fim de promover uma sociedade cuja dinâmica se fundamente nas relações entre os sujeitos, e não mais apenas, nas relações entre dinheiro e poder. A educação segundo Habermas, para cumprir com a missão emancipatória, tem antes que ser organizada

sob a base da razão comunicativa, ou seja, se processar por intermédio de lócus de conversação. O ato educativo é compreendido como um processo intersubjetivo de construção de verdades sobre si mesmo e a sociedade, pela via de um diálogo racional. A prática educativa vai além da promoção de uma consciência crítica individual, mas gera uma consciência articulada com os diversos discursos, na busca da construção de uma responsabilidade coletiva conjunta. (PRESTES, 1997). A figura 2 mostra o esboço do projeto de Ação Educativa construído sob o embasamento da pedagogia do oprimido de Freire, a idéia de multiculturalismo de Boaventura, e a teoria da razão comunicativa de Habermas.

**Figura 2 - Esquema do projeto de Ação Educativa**



Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico.

### 3. Economia Solidária: Do Embrião ao Renascimento nas Sociedades Pós-Industriais - Origem Histórica.

Tecer um mapa evolutivo do conceito de Economia Solidária pressupõe um resgate histórico do surgimento do movimento cooperativo do início do século XIX, a partir das idéias e práticas dos chamados socialistas utópicos, dentre eles Owen, Fourier, Proudhon, Louis Blanc, Saint-Simon. Eles idealizaram as bases para o exercício do cooperativismo e influenciaram a criação da primeira cooperativa de consumo em 1844, na Inglaterra. Tratava-se de uma cooperativa de consumo organizada por artesãos do distrito de Lancashire, os “Pioneiros de Rochdale” como eram chamados. Desta iniciativa surgiu o primeiro conjunto de princípios fundamentais do cooperativismo, e que se perpetuaram como valores balizadores nos movimentos cooperativos contemporâneos (SINGER, 2002).

As idéias e ações de Owen, proprietário de grande complexo têxtil na Grã-Bretanha do início do século XIX, revolucionou a relação entre empregador e empregados, limitando a jornada de trabalho e proibindo o emprego de crianças em suas fábricas. Ele tornou-se um ícone pelos resultados financeiros gerados com suas práticas voltadas ao bem-estar dos trabalhadores. Junte-se a isso o momento político conturbado pelo ciclo de guerras na Europa.

Com o final da Revolução Francesa a Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. E, mais uma vez, Owen surge com uma proposta revolucionária para época. Ele sugere ao governo britânico uma política de auxílio às vítimas da pobreza e do desemprego, com o argumento de restabelecer o crescimento da atividade econômica, concomitantemente, com a redução do desperdício de recursos públicos.

O plano era lógico e simples: bastava que o governo resolvesse investir os fundos de sustento dos pobres, verba de cunho exclusivamente assistencialista, por investimentos na compra de terras e na construção de Aldeias Cooperativas, onde núcleos de até 1.200 pessoas pudessem trabalhar na agricultura e em indústrias locais para produção de sua própria subsistência. Deste modo o excedente da produção poderia ser compartilhado entre as Aldeias. Ele, em pouco tempo seria possível o retorno do investimento aos cofres públicos. Este plano representou um marco do ideário da Economia Solidária (SINGER, 2002).

Contudo apesar das contribuições valiosas dos autores socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, não se pode afirmar que a Economia Solidária tenha sido criação intelectual de alguém. Segundo Singer (2002, p.13), que *“A Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução”*.

### 3.1 Ideário e unidade básica da Economia Solidária

O fundamento da economia solidária reside nos princípios básicos relativos à propriedade coletiva ou associada do capital e ao direito à liberdade individual. O que reafirma a premissa de igualdade entre todos os trabalhadores participantes, tornando-os uma única classe que detém o capital por igual no empreendimento solidário. Deste modo não só o investimento é solidário, como também os resultados por ele gerados, sejam lucros ou perdas, são distribuídos de forma igualitária e solidária entre todos. Porque podem ocorrer diferenças de performance entre os empreendimentos solidários, os quais podem ter melhor ou pior desempenho em função de sazonalidades, das diferenças de capacidades de gestão ou de diversos outros fatores que afetam o desenvolvimento de uma organização. (SINGER, 2002).

A igualdade e a autogestão são premissas da economia solidária e pedra fundamental dos movimentos cooperativistas a qual oferece a possibilidade real de suprimir diferenças entre as pessoas Borgadus, (1964), Marx, (1985) e Lenin (1980). Tais princípios podem ser entendidos como os fundamentos do cooperativismo popular. E se operados em larga escala, podem ser alçados ao status de “economia cooperativa” (PINHO, 1977), ou ainda segundo Santos (2002), como um instrumento alternativo ao capitalismo globalizado. O fato é que, independente da vertente teórica de interpretação sobre o propósito da economia solidária e o papel exercido pelos movimentos cooperativistas populares, há de se refletir também sobre as formas de aplicação destas premissas básicas, igualdade e autogestão. Faz-se necessário compreender e sistematizar as práticas efetivas destes princípios, no que tange as condições e fatores econômicos que caracterizam a ação cooperativa (BORGADUS 1964, e MARX 1983). Sob o enfoque de natureza administrativa que pontua os “modos operantes” do princípio da autogestão (CARVALHO, 1983, e FARIA, 1985), e sob o enfoque político que revela as características das relações de poder que caracteriza o jogo de forças vigentes no ambiente social, onde ocorrem os embates e alianças em nome da emancipação e da transformação sócio-econômica e cultural (SANTOS, 2002).

Outra reflexão importante é quanto ao que poderia ser considerada como a unidade básica de sustentação do sistema de Economia Solidária. Se for observada pela ótica de Singer (2002), estas unidades se caracterizariam pelas cooperativas e as empresas autogeridas. Na

concepção de Mance (2000), seriam as redes solidárias, e ainda na vertente liderada por Coraggio (2000), seriam as unidades domésticas. Outra possibilidade seriam as Redes interuniversitárias de incubadoras de Cooperativas Populares, as ITCPS, como unidade básica de sustentação da Economia Solidária, uma vez que elas poderiam sustentar o exercício da cooperação e da autogestão de forma sistematizada e com apoio técnico/científico. Mas fazer uma opção por um destes posicionamentos pressupõe optar por um tipo de cooperativismo e, por referência, a uma definição de Economia Solidária.

Neste artigo optou-se pela visão que compreende o cooperativismo, em especial o popular, como uma forma específica de empreendedorismo social, que busca, no contraponto ao sistema capitalista, servir como base para construção de fontes alternativas aos efeitos das desigualdades geradas pelo capitalismo globalizado. O que significa em outras palavras, o exercício dos princípios fundamentais de igualdade e autogestão em prol da composição de alianças estratégicas que visam reduzir a pobreza e a exclusão social. Reflete ainda um formato de cooperativismo que pretende articular-se também com movimentos populares que visem o resgate do exercício pleno da cidadania. Em outras palavras, segundo o artigo de Rosa M. Fischer no livro *Os desafios da formação em gestão social*, 2008, p. 310,

“As iniciativas dos empreendedores sociais lançam-se para horizontes bem mais longínquos do que a simples comercialização de produtos e serviços. Buscam: incrementar o desenvolvimento socioambiental de localidades esquecidas pelo crescimento econômico capitalista; tornar a sociedade inclusiva para aqueles despojados das condições físicas, sociais e econômicas necessárias a sua inserção como pessoas, consumidores e cidadãos; ampliar as oportunidades para que cada qual se emancipe por sua própria conta, gerando renda e tendo liberdade para escolher o estilo de vida que prefere e o destino que propiciará ao seu filho; assegurar que as próximas gerações tenham o direito de nascer e de viver em liberdade; com acesso aos recursos naturais que a biodiversidade oferece à vida humana.”

### **3.3 Painel da Economia Solidária na atualidade: Um olhar para o Brasil**

No Brasil é na década de 80 que a Economia Solidária toma impulso enquanto tema de interesse da classe trabalhadora do país, como forma alternativa para lidar com o desemprego em massa, e o conseqüente agravamento da exclusão sócio-econômica (SINGER, 2003). O interesse pela economia solidária pode ser compreendido, portanto, como uma forma de reação da sociedade civil organizada e em especial, das classes menos favorecidas, para enfrentar a desigualdade social e econômica oriunda do desequilíbrio da distribuição de renda, e da escassez de empregos (FRANÇA FILHO, 2002).

A economia solidária assumiu o formato organizacional de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes tipos, mas mantendo a base autogestionária da proposta. Dentre elas pode-se destacar algumas iniciativas como a da Cáritas, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que nos anos 80 financiou diversos pequenos empreendimentos comunitários nas periferias pobres de metrópoles brasileiras. A apropriação de empresas falidas ou em via de falência, por seus próprios empregados, que ressurgiram como cooperativas autogestionárias, como, em 1991 a empresa calçadista Makerli, de Franca-SP. No cenário agrícola, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criou o Sistema Cooperativista dos Assentados em 1989/1990, com a finalidade promover a agricultura das famílias assentadas. Atualmente sua operação está distribuída em três

segmentos: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (SINGER, 2002)

Outro grupo não menos significativo no ambiente da Economia Solidária brasileira são as cooperativas e grupos de produção associados às incubadoras de entidades universitárias, as ITCPS – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Estas células integram equipes multidisciplinares das mais diferentes áreas do saber, com a finalidade de prover formação e tecnologia para aqueles que desejem viabilizar seus empreendimentos autogestionários. Esta iniciativa consolidou-se em 1999 com a filiação à Fundação Unitrabalho, que reúne uma rede com cerca de 80 universidades que prestam serviço ao movimento operário. A Fundação visa o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre economia solidária (SINGER, 2002).

Outras esferas encontram-se comprometidas com o processo de sedimentação do movimento de Economia Solidária no país. Desde a esfera do governo Federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2002, até a participação de diversas prefeituras e governos estaduais que vem contratando entidades de fomento da economia solidária para capacitar os beneficiados por programas de renda mínima e outros programas de promoção social. Em 2001 aconteceu também o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, quando foi criada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária do país. Uma rede eletrônica que promove o intercâmbio de informações e opiniões sobre economia solidária e também o intercâmbio de negócios entre cooperativas e associações produtivas e consumidores (SINGER, 2002).

#### **4. Autogestão: Conceito, princípios e desafios de operacionalização**

O conceito de autogestão sob o enfoque específico do ambiente organizacional do tipo cooperativista, fundamenta-se em duas premissas: a gestão democrática e o retorno ao trabalho realizado. Ela é vista também como um processo dinâmico que ocorre na relação entre seres humanos e com toda complexidade oriunda desta relação. (PALMYOS, 1983). Já na concepção de Mandel (1977), a autogestão diz respeito ao esforço-retorno proporcional ao trabalho, onde o trabalhador é responsável por decidir sobre a amplitude do esforço e dos sacrifícios no consumo que estão dispostos a consentir.

Autores como Motta (1981), Mandel (1977), são coincidentes em afirmar que a autogestão significa uma nova forma de organizar a produção, e que ela por ser um processo, demanda um suporte essencial da educação.

Há um claro conteúdo pedagógico, e de uma pedagogia trabalhista, na proposta autogestionária de Proudhon. Se a proposta começa na economia, ela termina na pedagogia, que permitirá ao pluralismo social tornar-se prática social. (MOTTA, 1981).

Neste sentido a educação representa para os trabalhadores, a possibilidade de auto-educar-se, a fim de estarem preparados para construir uma sociedade autogestionária. E esta educação deverá ser construída ao longo da trajetória pelo controle das unidades produtivas e a respectiva prática da autogestão. A educação necessitará ser sistematizada de forma a aumentar o que o autor considera como “consciência” dos trabalhadores para uma participação efetiva e esclarecida. (MANDEL, 1977) Segundo Singer (2001), as experiências autogestionárias são por si só uma escola e podem acontecer no seio da sociedade capitalista, desde que sejam competitivas e se capacitem para operar em rede com outras organizações e instituições.

Para efeito deste estudo, o conceito de autogestão levará em consideração as seguintes características: o processo dinâmico e em permanente construção, pois que ocorre no contexto e na complexidade das relações entre pessoas; pressupõe que os meios de produção devem ser coletivos e que, portanto, o fórum de decisões e de produtividade sejam equitativos; e, onde o modo de organização do trabalho não separe a instância de concepção da instância de execução do trabalho, e por último, um processo também de educação em permanente construção e reconstrução.

### **Considerações Finais**

O conceito de autogestão focado neste artigo destaca a reflexão sobre qual projeto educativo poderá contribuir para a sistematização do processo de aprendizagem das pessoas, no ambiente da economia solidária. E especificamente nos empreendimentos sociais do tipo cooperativas populares, se a proposta educacional será capaz de propiciar a consolidação dos aprendizados experimentados pelas pessoas participantes desses projetos autogestionários.

Além dessas reflexões também merece destaque a questão da emancipação humana segundo o conceito defendido ao longo deste artigo. E neste sentido ficam as indagações sobre quais paradigmas norteadores e quais metodologias pedagógicas poderão cumprir com uma agenda complexa de formação da pessoa como: pessoas autodeterminadas, consumidores e cidadãos; capazes de ampliar suas oportunidades pessoais de emancipação e de participação ativa no ambiente social ao qual estejam inseridas, gerando renda e tendo a liberdade para escolher o estilo de vida que preferir.

A literatura contemporânea sobre Desenvolvimento e Crescimento Econômico reconhece o poderio dos mecanismos de mercado para o progresso global. E associam de forma contundente o desenvolvimento com o crescimento econômico, utilizando indicadores, tais como, o Produto Interno Bruto (PIB), o aumento de rendas pessoais, o crescimento da industrialização, avanços tecnológicos, ou ainda, indícios de modernização social (SEN, 2000). Contudo, ela tem sido superficial no que tange a relação do termo desenvolvimento com a efetiva garantia de gozo de liberdades humanas, em todas as suas possibilidades e instâncias, seja social, econômica e política.

O desenvolvimento efetivo deveria ser aquele capaz de prover para todas as pessoas a liberdade de participar ativamente das decisões sobre as coisas públicas e de participar de escolhas a cerca dos bens e recursos sociais. Ou seja, a liberdade individual e o desenvolvimento social detêm uma ligação intrínseca, na medida em que, as pessoas só podem usufruir efetivamente do desenvolvimento quando vivenciam oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e desfrutam das condições habilitadoras como: boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2000).

Outro aspecto não menos relevante de ser associado ao desenvolvimento é o papel do mercado e sua dinâmica, para o crescimento econômico e o progresso global. Isso significa admitir que a liberdade de troca e transação é parte essencial das liberdades básicas das pessoas (SEN, 2000). A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é importante, tanto quanto, reconhecer a importância da liberdade de troca e de participação das pessoas nos diversos mercados, inclusive o que estabelece relações de trabalho. Em outras palavras, a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel preponderante na vida social. O economista Amartya Sen coloca que,

“Também temos de examinar, por outro lado, a persistência de privações entre segmentos da comunidade que permanecem

excluídos dos benefícios da sociedade orientada para o mercado, e os juízos, inclusive as críticas, que as pessoas podem fazer sobre diferentes estilos de vida e valores associados à cultura dos mercados. Na visão do desenvolvimento como liberdade, os argumentos de diferentes lados têm de ser apropriadamente considerados e avaliados. É difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer – ao invés de empobrecer – a vida humana. (SEN, 2000, p.22)”

Nesta perspectiva o desenvolvimento é visto como um processo integrado de ampliação das liberdades substantivas interligadas. O que evidencia o papel vital de muitas e diversas organizações que incluem, desde os mercados e suas instituições, passando por governos, partidos políticos, sistema educacional, órgãos públicos e todos os demais espaços sociais que possibilitem o diálogo e a participação.

Estabelecer uma relação entre a questão da emancipação humana e da consolidação dos pressupostos básicos para efetivação de modelos de autogestão no âmbito das cooperativas populares requer uma proposta de ação educativa comprometida com os princípios do cooperativismo, arquitetada sob o método dialógico e com atividades educativas embasadas no modelo de aprendizagem experiencial.

O esboço de ação educativa fruto deste estudo visa garantir aos sujeitos, a construção de sua autodeterminação, de sua desalienação e de competências que o habilitem para interação, enquanto sujeitos na dinâmica das relações pessoais. De modo a contribuir com a geração de conhecimento técnico-científico comprometido com a recuperação da autonomia da vida humana pela pessoa, e com isso ampliar o potencial de ação dos sujeitos.

A viabilidade de aplicação do esboço de ação educativa no contexto das organizações do tipo cooperativas populares aponta para necessidade de estudos empíricos que busquem caminhos capazes de convergir teoria e prática. Bem como, demanda o aprofundamento do ferramental técnico para aplicabilidade dos caminhos metodológicos relativos ao discurso livre e a aprendizagem experiencial, no cotidiano das práticas de autogestão em cooperativas populares.

### Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **A Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARAÚJO, L. B.. **Religião e modernidade em Habermas**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BELL, Daniel. **The coming of post – industrial Society – Basic Boob**, Nova York, 1973.
- BORGADUS, Emory S. **Princípios da cooperação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed.Lidador, 1964.
- CARVALHO, N. V. **Autogestão: o governo pela autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORAGGIO, José Luís. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Questões debatidas” **In: KRAYCHETE, ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945.
- DE MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**.

Tradução de: Yadyr A Figueiredo. 3ª. Edição – Rio de Janeiro: José Olympio Brasília, DF. 2000.

ENGELS, Friederich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/sociutopsocien>

FARIA, J. H. Relações de poder e formas de gestão. Curitiba: Ed. Criar, CDE/FAE, 1985.

FISCHER, Rosa M. “Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Sustentável.” In: CANÇADO, Cardoso A.; SILVA JR., Jeová T.; SCHOMMER, Paula C.; RIGO, Ariádne S. (Orgs.). Os Desafios da Formação em Gestão Social. Palmas-TO: Provisão, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. – 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

HABERMAS, J.. Pensamento pós-metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. de Arthur M. Parreira. – 2. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LENIN, V. I. Sobre a cooperação, In: Obras escolhidas. Ed. Alfa-Omega. 1980.

MANÇE, Euclides. A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARX, Karl. Cooperação. In: O Capital. V. I, São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1983.

\_\_\_\_\_. O Capital: Crítica da economia política. São Paulo. Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach; [tradução Sílvio Chagas]. São Paulo: Centauro, 2002.

MELO NETO, José Francisco. Dialética -Uma visão marxista. In: **Dialética**. Melo Neto, José Francisco. (org). – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é popular**. In: In: O Labirinto da Educação Popular. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MÉSZÁROS, István. Ideologia e Emancipação. In: **O Poder da Ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, M.ª de. A filosofia na crise da modernidade. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. (1993) Ética e racionalidade moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

OLIVEIRA, Francisco e BAVA, SÍLVIO CACCIA. O que é formação para a cidadania? Dez./1999, in: <http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>.

PINHO, Diva Benevides. Economia e cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977.

PRESTES, N. H.. Educação e racionalidade, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza, NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Sousa Santos, Boaventura. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. “Introdução: para ampliar o cânone da produção” In: SANTOS, Boaventura de Sousa, org. Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento com liberdade/ Amartya Sen: Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIEBENEICHLER, F.. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Ed.Contexto. 2000.
- SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, João Francisco de. **A Pós-Modernidade/ mundo e suas implicações educativas na visão de Paulo Freire.** In: LIMA, Maria Nayde dos Santos, ROSAS, Argentina Rosas (Orgs.) Paulo Freire – Quando as Idéias e os Afetos se Cruzam. Recife, Ed. Universitária UFPE/ Prefeitura da Cidade de Recife, 2001.
- STEIN, E.. Epistemologia e modernidade. 2a edição. Ijuí: Unijuí, 1997.